



O ZONEAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL ¹

Adriana Binotto Bertoldo², Sidnei Luis Bohn Gass³

Os processos de análise territorial, no que tange principalmente às questões ambientais e as suas relações com o quadro sócio-econômico local, têm sido cada vez mais utilizados como instrumentos de planejamento e gestão. As ações de descentralização da gestão de alguns processos por parte da esfera estadual, como é o caso do sistema SIGA-RS (municipalização do meio ambiente), vem exigindo dos municípios que estes conheçam o seu território e, a partir deste conhecimento, implementem programas e ações que visem o seu desenvolvimento. O zoneamento ambiental caracteriza-se neste processo como o grande instrumento sintetizador da análise das inter-relações que ocorrem no território. A grande questão que se coloca neste contexto é: quais as informações necessárias e pertinentes para que se chegue a um zoneamento ambiental que retrate a realidade do município, podendo, desta forma, ser utilizado como um verdadeiro instrumento de gestão. Os processos de sistematização e organização de dados, principalmente quando se trata de dados cartográficos, de forma geral, ainda não estão todos disponíveis em formato digital e georreferenciado, armazenados em bancos de dados geográficos. Outra questão que precisa ser considerada é a grande defasagem dos dados cartográficos dos levantamentos sistemáticos no Brasil, o que nos leva, em geral, a processos de atualização, quando são desenvolvidos projetos que necessitam de dados mais atuais e compatíveis com as novas tecnologias disponíveis. Considerando essas premissas, trabalhou-se com os seguintes dados cartográficos: base cartográfica municipal, obtida através da digitalização dos dados das cartas topográficas do Exército Brasileiro, em escala 1:50.000; domínios geológicos e morfoestruturais, obtidos a partir dos mapas do projeto RADAM-Brasil; hipsometria e declividades, obtidas através da digitalização das curvas de nível em equidistância de 20 metros, das cartas topográficas do Exército Brasileiro, em escala 1:50.000; uso do solo gerado a partir de imagens de satélite CBERS-2, com 20 metros de resolução espacial. O mapa de capacidade de uso do solo também foi gerado, utilizando-se o mapa da Secretaria de Agricultura do Estado, elaborado na década de 1970. Na área em que se aplicou o zoneamento, o curso de agronomia da UNIJUÍ, havia desenvolvido um trabalho, o qual considerou entre outros fatores, os dados sócio-econômicos, os quais já haviam sido transformados em um documento cartográfico representativo, mapa de zoneamento agrícola, o que nos possibilitou a sua utilização através do cruzamento com os demais dados levantados. Com os mapeamentos que foram realizados, somados aos trabalhos de campo com a finalidade de averiguação da veracidade dos dados, pôde-se chegar à determinação de cinco áreas que apresentam homogeneidade em suas características. O elemento que se mostrou fundamental neste processo foram as declividades, considerando-se que a sua classificação utiliza parâmetros de uso do solo, o que faz com que esteja relacionada com as demais feições mapeadas. Os dados sócio-econômicos, que abordaram, entre outros, o tamanho médio das propriedades, a tecnologia de manejo utilizada e o tipo de exploração agropecuária praticada, nos permitiram um processo de análise de



distribuição da riqueza no território em questão, enriquecendo o zoneamento que estava sendo proposto. Todas as demais feições mapeadas permitiram-nos uma análise qualitativa do processo de uso atual. As áreas homogêneas criadas foram: Zona Oeste, Zona Norte, Zona Nordeste, Zona Central e Zona Sul, sendo descritas para cada uma as principais características evidenciadas. O que se pôde perceber, de forma geral, é que a morfoestrutura da região é basicamente a mesma, alterando-se apenas a densidade e o aprofundamento da drenagem; a hipsometria possui variação de 200 a 400 metros; as declividades variam entre 0% e 70%, ocorrendo uma distribuição não homogênea de sua ocorrência, considerando-se a morfoestrutura das várias áreas. A estrutura econômica da área pode ser representada por várias características baseadas nos processos agropecuários como: agricultura extensiva, agricultura familiar, agroindústrias e suinocultura de médio e grande porte. É significativo ressaltar que a preservação das áreas de cobertura florestal está imensamente degradada, ocorrendo preservação somente em áreas com ocorrência de declividades elevadas. O trabalho desenvolvido permite-nos analisar a área de estudo, fornecendo-nos os subsídios para um futuro trabalho de qualificação de uso do solo. O resultado aqui apresentado é o produto inicial para se chegar a um efetivo processo de uso do solo, que possa se tornar viável e sustentável em todos os segmentos.

¹ Relato de Experiência de Trabalho Profissional

² Geógrafa, Especialista em Gestão Ambiental, Técnica do IPD

³ Geógrafo, Especialista em Humanidades, Técnico do IPD